



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

RELATÓRIO

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS – PLS/SJTO

– 2018 –

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região foi instituído, em 15/02/2016, por meio da Resolução TRF1 Presi 4/2016, com o objetivo de estipular ações que permitam o alcance de metas direcionadas à racionalização de gastos e qualidade dos serviços prestados em observância à garantia do equilíbrio sócio-econômico-ambiental.

Por se tratar de instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal, foi traçado com base no novo ciclo de gestão estratégica, que deve perdurar até o ano de 2020, quando deverá ser apresentado novo cronograma. Esse planejamento foi construído com base na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para todo o Poder Judiciário, que determina a criação e as competências das unidades ou núcleos socioambientais no Poder Judiciário.

Em 12/11/2015, por meio da Portaria SJ Diref 337/2015 foi instituída a Comissão Permanente de Sustentabilidade Ambiental da Seção Judiciária do Tocantins - CPSA-TO, a qual foi atribuída a responsabilidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Tocantins - PLS-SJTO. A composição da Comissão - CPSA-TO, ficou estabelecida da seguinte forma:

NOME	LOTAÇÃO	FUNÇÃO
Ricardo Antonio Nogueira Pereira	Secretaria Administrativa	Presidente
Gilmar Cintra de Araújo	Núcleo de Administração	Membro efetivo
Cynthia de Nazaré Vaz Salbê	Núcleo de Recursos Humanos	Membro efetivo
Harley Caixeta Seixas	Núcleo Judiciário Central de Modernização Administrativa	Membro efetivo
Glucilaine Ferreira da Silva Tavares	Seção de Serviços Gerais	Membro efetivo
Sidney Martins Jales	Seção de Compras e Licitações	Membro efetivo
Avercino Andrade Costa	Seção de Administração de Material	Membro efetivo
Valdeni Pereira dos Santos	Seção de Depósito e Arquivo Judicial e Administrativo	Membro efetivo
Keila Aguiar Costa	Seção de Programação e Execução Orçamentária e Financeira	Membro efetivo

Com o trabalho conjunto da Comissão Permanente de Sustentabilidade Ambiental, foi elaborado o Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Tocantins - PLS-SJTO, aprovado pela Portaria SJ Diref 61, de 01/03/2016. Integram-se ao presente Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Tocantins as metas e macrodesafios relacionados à gestão socioambiental da Justiça Federal, conforme estabelecidos pelo CNJ e CJF e aqueles estipulados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região à Justiça Federal da 1ª Região, nos termos do art. 10, da Resolução CNJ nº 201/2015.

Dadas as proporções e o reduzido quadro de pessoal da Seccional do Tocantins, optou-se pela não instituição dos Grupos Executivos no âmbito da Seccional, ficando a cargo da Comissão Permanente de Sustentabilidade Ambiental as atividades previstas para aqueles.

Quanto ao Questionário Socioambiental a ser preenchido no sistema do CNJ, o preenchimento ficou a cargo da Cemad, com informações fornecidas pelas diversas áreas envolvidas em cada um dos temas. O referido Questionário é preenchido mensalmente na página do CNJ.

1 – CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A preocupação com a implantação e com a efetividade de uma política de sustentabilidade ambiental tem sido uma constante na Seção Judiciária do Tocantins, que prima pelo consumo e pelo gasto consciente e sustentável.

Nos exercícios de 2016, 2017 e de 2018 algumas ações foram implantadas, tais como a celebração de parceria/contratos para realização de coleta de resíduos sólidos, como papéis e resíduos de saúde, de forma a promover a correta destinação final, em especial a reciclagem e o reuso.

Nesses três anos de vigência do PLS-SJTO, a Comissão Permanente de Sustentabilidade Ambiental da Seção Judiciária do Tocantins sugeriu à Secretaria Administrativa a adoção de algumas providências para incentivar o corpo funcional na adesão das práticas socioambientais que fundamentam o PLS-SJTO, dentre elas a realização de campanhas de sensibilização e consumo consciente, incentivando o uso de canecas e copos retornáveis, com vista a redução do uso de copos descartáveis e consequente diminuição de produção de resíduos sólidos.

Ainda no decorrer do triênio 2016/2017/2018, foram adotadas medidas voltadas à conscientização para uso racional dos recursos disponíveis no dia-a-dia da seccional: papel, água, energia elétrica, elevadores; e incentivo à participação de servidores da Comissão Permanente de Sustentabilidade Ambiental no curso à distância 'Introdução à Gestão Socioambiental', disponibilizado pelo TRF1.

O preenchimento do Questionário Socioambiental, dentro do sistema do CNJ, deu-se a partir do mês de março de 2016. A partir de então, foram inseridos os dados dos indicadores de apuração anual, referentes aos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, e os dados de apuração mensal, referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2016, 2017 e de 2018. Para isso a Central de Modernização Administrativa, elaborou e enviou as unidades responsáveis, planilhas em excel que permitem o lançamento, mês a mês e/ou anual, dos dados, facilitando assim o trabalho de compilação dos dados.

2 – EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS DO PODER JUDICIÁRIO COM FOCO SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICO, DE ACORDO COM O PREVISTO NO ANEXO I DO PLS-SJTO

As Metas definidas no Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Tocantins, em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, foram traçadas para o período 2015-2020. A análise dos 62 indicadores relacionados para o atingimento das Metas segue abaixo:

TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS
META 1 – Reduzir o consumo de papel em 1% ao ano até 2020
Meta 1 Atingida: Houve redução de consumo de 31,46% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015.
ANÁLISE
A implantação do Processo Administrativo Eletrônico/PAe/SEI no final de 2014, e de parte das classes processuais no PJE em 2015/2016 /2017/2018, além das campanhas de conscientização visando a economicidade de papel contribuíram para a redução do consumo em 2018. Em 2015 foram utilizadas 2.438 resmas, em 2016 foram utilizadas 1.905 resmas, em 2017 houve a utilização de 2.293 resmas e em 2018 foi alcançada

a marca de 1671 resmas.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 1 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 1 a 5 abaixo:

1 a 5. Papel

1. Consumo de papel branco
2. Gasto com aquisição de papel branco
3. Consumo de papel reciclado
4. Gasto com aquisição de papel reciclado
5. Consumo total de papel branco e reciclado

Ações propostas:

1. Avaliação da sistemática de distribuição de papel – solicitação, aquisição e entrega nas unidades.

Há uma avaliação da sistemática de distribuição atual. A sistemática de distribuição (entrega) de materiais adotada na SJTO é realizada de acordo com a demanda pelo sistema Sicam – Sistema de Aquisição e Controle de Material e Serviço e mediante lançamento no referido sistema e assinatura de guia, que promove, automaticamente, o corte linear, com base na média mensal de consumo do material da unidade requisitante.

Dentro dessa avaliação sistemática, há o direcionamento da unidade de administração de material para o foco no uso de papel reciclado, entretanto, ainda há resistência de diversas unidades judiciárias da seccional no consumo desse material.

2. Devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação – resmas de papel, papel timbrado e envelopes (podendo ser incluídos outros itens para devolução).

Há a política de reincorporação ao estoque dos materiais devolvidos ao almoxarifado. Normalmente, ocorre com suprimentos de impressão que não são utilizados nas áreas demandantes.

3. Avaliação da possibilidade de redução dos itens do acervo do almoxarifado, buscando implantar estoques mínimos – diminuição da quantidade de itens por tipo de produto mantendo-se o mínimo viável.

A avaliação da redução de itens do acervo é realizada com base na média de consumo, que é utilizada de base para as novas compras.

4. Redução do fornecimento de papel às unidades – apresentar aos gestores, periodicamente, os dados de consumo, e divulgar na intranet, constantemente, o consumo da SJTO.

Foram realizadas campanhas no sentido de diminuir o fornecimento de papel, medida esta que se mostrou bastante eficiente para o alcance do resultado apresentado.

5. Aperfeiçoamento das ferramentas de gerenciamento de consumo das unidades (Sicam) – solicitar à área de tecnologia da informação o aperfeiçoamento do sistema Sicam de forma a permitir a mensuração dos indicadores da área de gestão socioambiental.

Aguardando medidas a serem adotadas pelo TRF1 para adequação dos sistemas.

6. Realização de treinamento do sistema SEI – incentivar a utilização de formulários virtuais, a fim de evitar digitalização e impressão de documentos.

Os servidores da seccional foram treinados por meio dos cursos disponibilizados pela Unicorp e pela ENAP.

TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS
META 2 – Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% ao ano até 2020 META 3 – Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020
<p>Meta 2 Atingida: Houve redução de consumo de 35,76% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015. Entretanto, se levar em consideração o consumo da data base de implantação do PLS, ou seja, 2015, há uma redução de 11,49%.</p> <p>Meta 3 Não Atingida: Houve aumento de consumo de 27,96% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015. Entretanto, se levar em consideração o consumo de 2017, há uma redução de 40,59%.</p>
ANÁLISE
<p>Em 2015, foram utilizadas 5537 centos de copos descartáveis, enquanto que em 2016 o consumo caiu para 3.550 centos, subindo novamente para 4.901 centos em 2017. Em 2018 o consumo reduziu drasticamente para 3.557 centos. Tal resultado foi alcançado graças as intensas campanhas de redução do uso de copos descartáveis pelo público interno da seccional. Portanto, há que se considerar como eficazes as campanhas de conscientização e sensibilização.</p> <p>Em relação à água mineral, houve um pequeno aumento no consumo, se considerarmos o ano base 2015. Entretanto, se observarmos o ano anterior, 2017, verifica-se uma tendência a redução, inclusive mediante as medidas de redução de consumo de água envasada, como a instalação de purificadores de água em vários pontos da seccional.</p>

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 2, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 6 a 14 abaixo:

6 a 14. Copos descartáveis

6. Consumo de copos de 200 ml descartáveis
7. Gasto com aquisição de copos de 200 ml descartáveis
8. Consumo de copos de 50 ml descartáveis
9. Gasto com aquisição de copos de 50 ml descartáveis
10. Gasto total com aquisição de copos descartáveis
11. Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro)
12. Consumo de garrações de água de 20 litros
13. Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro)
14. Gasto com aquisição de garrações de 20 litros

Ações propostas:

1. Avaliação da viabilidade da substituição dos copos plásticos descartáveis 200 ml e 50 ml por modelos retornáveis duráveis ou por outro produto socioambientalmente viável.

As campanhas de substituição dos copos descartáveis têm atingido excelente resultado. Várias servidores aboliram seu uso e implantaram, por conta própria, a adoção de copos, xícaras e canecas de vidro ou porcelana.

2. Redução do fornecimento de copos descartáveis – disponibilizando dados de consumo dos copos de 200 ml às unidades; apresentando periodicamente aos gestores das unidades os dados de consumo; informando na intranet o consumo da Seccional; realizando pedido de copos descartáveis pelo sistema informatizado de pedido de material conforme a necessidade; estimando quantidade de consumo em conformidade com o número de servidores; verificando a viabilidade de implantação de substituição por copos/xícaras de vidro ou porcelana.

Houve a substituição de bebedouros com garrações de água, por purificadores de água na seccional, sendo distribuídos de forma otimizada, nas diversas unidades. Como resultado dessa ação houve também a redução do fornecimento de copos descartáveis, que foi mais intensificada com as campanhas de substituição de copos descartáveis por canecas e xícaras pelos servidores.

TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS
META 4 – Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% ao ano até 2020
Meta 4 Não Atingida: Aumento do consumo de 43,70% em relação ao consumo de 2017. 2016: consumo de 133 toners 2017: consumo de 119 toners 2018: consumo de 171 toners
ANÁLISE Em 2018 o consumo de suprimentos de impressão foi de 171 toners, enquanto que em 2017 o consumo havia sido de 119 unidades, configurando um aumento de 43,70% no consumo de suprimentos de informática.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 15 a 20 abaixo:

15 a 20. Impressões e equipamentos

15. Impressões de documentos totais
16. Equipamentos instalados
17. Performance dos equipamentos instalados
18. Gasto com aquisições de suprimentos
19. Gasto com aquisição de impressoras
20. Gasto com contratos de outsourcing de impressão

Ações propostas:

1. Adequação na configuração padrão das impressoras/copiadoras, objetivando o uso racional dos equipamentos, programando vistoria no parque de impressoras/copiadoras e configurando os equipamentos em impressão frente e verso, adotando a fonte Spranq Eco Sans como ecofonte padrão e o modo de economia de energia.

Foi realizada a adequação de parte do acervo tecnológico da seccional.

2. Aperfeiçoamento do sistema Sicam para eliminação de impressão, mediante a criação de sistema digital de confirmação de recebimento ou devolução de bens.

Não foi realizada nenhuma ação nesse sentido.

TEMA 2 – ENERGIA ELÉTRICA
META 5 – Reduzir o consumo de energia elétrica em kWh em 0,5% ao ano até 2020
Meta 5 Atingida: Redução de 19,58% em relação ao consumo do ano base 2015, e redução de 5,20 em relação ao ano anterior (2017).
ANÁLISE O consumo total de 2015 foi de 1.262.930 kWh, em 2016 houve uma redução para 1.055.472 kWh, enquanto que em 2017 houve um aumento para 1.071.336 kWh. Já em 2018, houve uma sensível redução para 1.015.659 kWh. Assim, a diferença de 247.271 kWh entre os exercícios de 2015 e 2018 representou uma redução de 19,58% no consumo total de energia elétrica. Em 2015, foram pagos R\$ 962.506,23, em 2016, foram pagos R\$ 743.780,63, em 2017 foi pago R\$ 854.252,17 e em 2018 o valor total pago com energia elétrica foi de R\$ 865.903,34, ou seja, uma redução de 10,04%, se levarmos em conta o ano base 2015. O excelente resultado foi possível graças as constantes campanhas de economia de energia. Quanto ao no valor gasto, apesar dos aumentos constantes nas tarifas cobradas pela concessionária pública, ainda foi possível alcançar um resultado bastante positivo.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 21 a 26 abaixo:

21 a 26. Energia elétrica

21. Consumo de energia elétrica
22. Consumo de energia elétrica por área construída
23. Gasto com energia elétrica
24. Gasto com energia elétrica por área construída
25. Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)
26. Adequação do contrato de demanda (ponta)

Ações propostas:

1. Otimização do uso dos elevadores – promover a redução da demanda e do consumo, desligando-se os equipamentos nos fins de semana e feriados e reduzindo o número de equipamentos em funcionamento em períodos de menor pico nos dias de semana.

Foi realizada a orientação à Cevit e a efetiva otimização do uso dos elevadores nos finais de semana e feriados, sendo utilizado somente um elevador nesses períodos.

2. Implantação de iluminação LED em substituição às demais.

Houve a aquisição de lâmpadas LED em 2016. A substituição está em andamento de acordo com a demanda.

3. Redução de quantidade de lâmpadas – estabelecer padrão mínimo de iluminação por m² e estudar viabilidade de substituição de calhas.

O prazo foi cumprido, sendo executada a redução de quantidade lâmpadas.

4. Revisão de acionamento de lâmpadas – avaliar e implementar os locais viáveis de individualização de interruptores, agrupando linearmente luminárias paralelas às janelas para acionamento conforme distância da iluminação natural.

O prazo foi cumprido, sendo executada a revisão do acionamento das lâmpadas em diversas unidades da seccional.

5. Instalação de sensores de presença, em áreas de ocupação eventual, quando possível.

Foram instalados sensores nas escadas em corredores de acesso dos prédios.

6. Redução de funcionamento do sistema de climatização – reduzir o horário de funcionamento sempre que possível, vinculando à temperatura externa.

Não foi possível a redução do funcionamento do sistema de climatização, tendo em vista a especificidade da localidade, que possui temperaturas elevadas durante todo o dia.

TEMA 3 – ÁGUA E ESGOTO	
META 6 – Reduzir o consumo de água e esgoto em 500 m³ a.a. até 2020.	
Meta 6 Atingida: Redução de 24,98% em relação ao consumo do ano base 2015, e redução de 21,59 em relação ao ano anterior (2017)..	
ANÁLISE	
O consumo total de 2015 foi na ordem de 7.815 m³, em 2016 houve uma redução para 7.248 m³, enquanto que em 2017 houve um aumento para 7.477 m³. Já em 2018 houve uma grande redução, alcançando a marca de 5.863 m³. Assim, a diferença de 1.952 m³ entre os exercícios de 2015 e 2018 representou uma redução de 24,98% no consumo total de água tratada. Em 2015 foram pagos R\$ 93.091,40, em 2016, foram pagos R\$ 104.040,42, em 2017 foi pago R\$ 130.747,56 e em 2018 o valor total pago com água tratada foi de R\$ 107.667,62, ou seja, um aumento de 15,66%.	
As ações implementadas para redução no consumo de água tratada foram efetivas para a redução do consumo. Entretanto, devido aos aumentos constantes nas tarifas cobradas pela concessionária pública, não foi possível ter o mesmo resultado quando observador o valor gasto.	

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 27 a 30 abaixo:

27 a 30. Água e esgoto

27. Volume de água consumido
28. Volume de água por área construída
29. Gasto com água
30. Gasto com água por área construída

Ações propostas:

1. Verificação de procedimentos para irrigação de jardins e lavagem de fachadas – definir periodicidades para cada época do ano.

O prazo foi cumprido. Em decorrência das restrições orçamentárias e da crise hídrica, houve suspensão das atividades descritas, assim como da limpeza das garagens. A partir de maio/2016, a irrigação de jardins passou a ter periodicidade semanal. Para a limpeza das garagens, o setor responsável está atuando por demanda, conforme registro de extrema necessidade.

2. Orientação de terceirizados de limpeza e copa – orientar sobre uso consciente da água e uso correto de materiais.

Foi realizada orientação de toda a equipe de serviço de copa e jardinagem sobre o uso consciente da água.

3. Monitoramento dos dados de consumo – acompanhar o consumo de água para identificar, de forma tempestiva, vazamentos nas instalações hidráulicas.

O monitoramento é realizado mensalmente, por meio do acompanhamento do hidrômetro da seccional.

TEMA 4 – GESTÃO DE RESÍDUOS	
META 7 – Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% ao ano até 2020	
Meta 7 atingida: Aumento de 221,07% na destinação de papel e aumento de 596,57% na destinação de resíduos de saúde, comparando os dados de 2016 e 2018. Não houve medição no ano base 2015.	
ANÁLISE	
Até 2016 esta meta não foi medida, pois não existiam parâmetros de comparação referentes a 2015. Neste ano, a destinação de papel, separada e entregue mediante convênio, à Associação de Catadores de Papel de Palmas, obteve o volume de 2.277 Kg de papel. Um aumento de 221,07% em relação ao volume de papel destinado em 2016, que foi de 1.030 Kg, e aumento de 207,00% em relação ao volume de papel destinado em 2017, que foi de 1.100 Kg..	
Em relação aos resíduos de saúde o volume foi ainda maior. Em 2018 foram destinados 120,000 Kg, enquanto que em 2017 foram destinados 36,146 Kg, e em 2016 o volume foi de 20.115 Kg. Um aumento de 596,57% em relação ao ano de 2016 e de 331,99 em relação a 2017.	

Indicadores:

Para o cumprimento das Metas acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 31 a 42 abaixo:

31 a 42. Gestão de resíduos

31. Destinação de papel para reciclagem
32. Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem
33. Destinação de plástico para reciclagem
34. Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação
35. Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação
36. Destinação de madeiras para reaproveitamento
37. Destinação de vidros para reciclagem
38. Destinação de metais para reciclagem
39. Destinação de resíduos de saúde para descontaminação
40. Destinação de resíduos de obras à reciclagem
41. Destinação de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias etc.) à reciclagem
42. Total de material reciclável destinado às cooperativas

Ações propostas:

1. Coleta e descarte de lâmpadas usadas, observando o descarte ambientalmente correto.

Atualmente não há nenhuma ação realizada nesse sentido. Mas foi solicitado a Selit a inclusão de cláusula de logística reversa nos próximos contratos de aquisição desses tipos de materiais.

2. Coleta e descarte de papel – destinar resíduo de papel a cooperativas de catadores de resíduos previamente cadastradas. (Ação contínua)

Existe convênio com uma associação de catadores que periodicamente recolhem os papéis na seccional.

3. Logística reversa de óleo – incluir nos novos contratos de aquisição de veículos a responsabilização do fornecedor quanto ao destino dos resíduos de óleo provenientes dos bens adquiridos.

O óleo utilizado nos veículos da seccional é trocado em oficinas especializadas, que já realizam a coleta e destinação do material. Quanto ao óleo utilizado pelo grupo gerador da seccional, há cláusula no contrato de manutenção de recolhimento do material pela empresa responsável.

4. Logística reversa de baterias – incluir nos novos contratos de aquisição de veículos cláusula de garantia de troca de bateria quando necessário.

Atualmente não há nenhuma ação realizada nesse sentido. Mas foi solicitado a Selit a inclusão de cláusula de logística reversa nos próximos contratos de aquisição desses tipos de materiais.

5. Logística reversa de pneu – incluir nos novos contratos de aquisição de pneus obrigatoriedade de retirada das carcaças pelo fornecedor sempre que necessário.

Os pneus utilizados nos veículos da seccional é trocado em oficinas especializadas, que já realizam a coleta e destinação do material.

6. Logística reversa de peças de veículos em geral – incluir nos novos contratos de aquisição de peças de veículos a obrigatoriedade de retirada, pelo fornecedor, das peças usadas, sempre que necessário.

A manutenção dos veículos da seccional é realizada em oficinas especializadas, que já realizam a coleta e destinação das peças substituídas.

TEMA 5 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO
META 8 – Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% ao ano até 2020
Meta 8 Atingida: houve aumento de 52,22% na participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho no ano de 2018, em relação a 2016. Entretanto, se compararmos ao ano anterior (2017) houve uma redução de 9,53%.
ANÁLISE
No ano de 2018 foram realizadas 16 ações que envolviam a qualidade de vida no trabalho, ações solidárias e de inclusão, alcançando o número de participação de 446 servidores participantes. No ano de 2017 haviam sido 16 ações, com a participação de 493 servidores e no ano de 2016 haviam sido 10 ações, com a participação de 293 servidores.
Os números mostram a preocupação do órgão com relação à qualidade de vida de seu corpo funcional, bem como a crescente demanda dos servidores com ações voltadas para qualidade de vida.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 43 a 45 abaixo:

43 a 45. Qualidade de vida no ambiente de trabalho

43. Participação dos servidores e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho

44. Participação de servidores em ações solidárias (a exemplo de inclusão digital, alfabetização, campanhas voluntárias)

45. Ações de inclusão para servidores com deficiência

Ações propostas:

1. Promoção de ações ergonômicas – verificar, no próprio local de trabalho, o mobiliário e os equipamentos, orientando os usuários; e identificar, por unidade, o mobiliário inadequado para futura destinação ou substituição. (Ação contínua)

Foi realizado, por meio de convênio com a Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, análise do mobiliário e orientações aos servidores em algumas unidades da seccional, indicados pelo serviço médico local, com base nos CIDs dos atestados médicos apresentados pelos servidores.

2. Promoção de ações ergonômicas – avaliar a adoção de critérios de ergonomia para aquisição de mobiliário. (Ação contínua)

A análise do mobiliário realizada na seccional constatou que o mobiliário existente é adequado aos critérios de ergonomia indicados.

3. Promoção de ações ergonômicas – estabelecer, em parceria com o Cedap, ações que contem com o apoio de profissionais de saúde envolvidos com o Exame Periódico de Saúde para sensibilizar o corpo funcional sobre a importância dessas ações.

Foi realizada campanha de conscientização entre os servidores, por meio de e-mail semanais sobre o tema, levando os servidores a refletir sobre os cuidados com sua saúde, relacionados a ergonomia. Também foi realizada palestra com uma fisioterapeuta da ULBRA sobre o tema ergonomia e postura.

4. Promoção de ações ergonômicas – divulgar a Cartilha de Ergonomia do Tribunal.

Foi divulgada por meio do e-mail dos servidores. Entretanto, houve problema de acesso devido ao firewall do órgão bloquear o acessos a alguns videos que compoem a cartilha.

5. Atendimento de saúde – disponibilizar serviço continuado de atendimento médico, odontológico, fisioterápico, de nutrição, de enfermagem e de psicologia a servidores e magistrados para pronto atendimento, prestando cuidados, informações, orientações e apoio necessários. (Ação contínua)

Esta ação acontece na Seccional há anos, sendo disponibilizados ao servidor atendimento odontológico, psicológico e médico.

6. Campanhas de promoção da saúde. (Ação contínua)

São realizadas anualmente campanhas de saúde bucal e cuidados com a saúde.

7. Promoção de ações de saúde – realizar, anualmente, a Semana do Coração. (Ação contínua)

Não foi realizada a semana do Coração na seccional no ano de 2017 e de 2018.

8. Estímulo à realização dos exames periódicos – acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. (Ação contínua)

Esta ação acontece no Seccional a alguns anos. Neste ano, 148 servidores e 12 magistrados foram convidados para participar da ação. 31,08% dos servidores (46 e 0% dos magistrados (0) efetivamente realizaram o exame periódico. A Seção de Bem-Estar Social conta com médico para atendimento dos servidores e magistrados que realizam os Exames Periódicos de Saúde – EPS.

9. Programa Saúde Bucal em Foco – acompanhar o estado de saúde dos servidores, magistrados e seus dependentes e detectar precocemente o surgimento de doenças. (Ação contínua)

Na Seccional acontece anualmente a campanha Pro-Dentinho, destinado aos dependentes dos servidores até 12 anos de idade.

10. Orientação quanto à qualidade do ar climatizado – acompanhar a medição da qualidade do ar; providenciar a limpeza dos filtros de ar condicionado; orientar quanto à temperatura ideal no ambiente de trabalho. (Ação contínua)

Há contrato de limpeza dos aparelhos e filtros de ar condicionado, o que ocorre regularmente na seccional. Entretanto, a medição da qualidade do ar foi realizada somente a 4 anos atrás.

11. Manutenção do programa de vacinação contra a gripe – intensificar a campanha que é realizada uma vez ao ano. (Ação contínua)

É realizada anualmente a campanha de vacinação aos servidores da seccional.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
META 9 – Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% ao ano até 2020
Meta 9 Atingida: redução de gasto com telefonia de 58,12% em relação ao ano base 2015. Em relação ao ano de 2017, houve redução de 22,39%.
ANÁLISE
O total gasto em 2015 foi na ordem de R\$ 45.983,11, enquanto que em 2016 foi de R\$ 35.679,54, e em 2017 foi de R\$ 24.812,37. Já em 2018 o valor reduziu drasticamente para R\$ 19.258,05. Assim, a diferença de R\$ 26.725,06 entre os anos de 2015 e 2018 representou uma redução de 58,12% nos gastos com telefonia fixa e móvel.
Os resultados muito satisfatórios no ano de 2018, em relação às despesas de telefonia fixa e móvel, se devem a nova contratação, realizada no final de 2016, que gerou esse impacto positivo nas despesas de 2017 e de 2018.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 46 a 49 abaixo:

46 a 49. Telefonia

46. Gasto médio do contrato de telefonia fixa
47. Gasto médio do contrato de telefonia móvel.
48. Gasto total do contrato de telefonia fixa.
49. Gasto total do contrato de telefonia móvel.

Ações propostas:

1. Acompanhamento de contratos – reavaliar, periodicamente, as condições pactuadas nos contratos de telefonia, objetivando a redução de custos quando possível.

Em 2016 foi realizada nova contratação de telefonia na seccional o que possibilitou a redução dos custos de acordo com a demanda da seccional.

2. Estimulo ao uso de e-mail – substituir ligações interurbanas por e-mail e substituir uso de fac-símile, a fim de extinguir, de forma gradativa, contrato de manutenção de aparelhos de fax existentes na Seccional.

Com a utilização do SEI o número de ligações telefônica sofreu sensível redução.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
META 10 – Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações.
Meta 10 Não Atingida: Aumento de 16,85% em relação ao ano de 2017. Não houve aumento por conta de repactuações.
ANÁLISE
<i>Em 2017 registrou-se um gasto total com o contrato de Vigilância, englobando a sede e as subseções, de R\$ 1.571.739,11 e, em 2018, esse total foi de R\$ 1.836.520,96, registrando-se um aumento de 16,85%. Nos Termos Aditivos realizados no ano de 2018, não houve alteração dos valores contratados. O aumento no gasto se refere ao aumento do número de postos de trabalho em Araguaína, tendo em vista a ampliação das instalações daquela Subseção, com a inauguração do Edifício Anexo.</i>

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 50 a 51 abaixo:

50 a 51. Vigilância

50. Valor inicial do posto
51. Valor atual do posto

Ações propostas:

1. Avaliação do CFTV (circuito interno de televisão) – analisar necessidade de substituição ou otimização.

Foi realizada ao longo de 2017 a adequação de todo o sistema de monitoramento da seccional.

2. Avaliação da implantação do sistema de acesso eletrônico às garagens – instalar equipamentos de controle de acesso às garagens.

Foram instalados em 2016 cancelas para acesso às garagens.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
META 11 – Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações.
Meta 11 atingida: Redução de 2,92% em relação ao ano de 2017.
ANÁLISE
<i>Em 2017 registrou-se um gasto total com o contrato de limpeza, englobando a sede e as subseções, de R\$ 2.869.257,49 e, em 2018, esse total foi de R\$ 2.785.560,18, registrando-se uma redução de 2,92%. O gasto total do contrato de limpeza obteve uma redução no ano de 2018, tendo em vista a redução de dois postos de trabalho. Essa redução no número de postos fez com que o gasto não fosse superior ao efetivado no ano de 2017, mesmo com o percentual de repactuação do ano de 2018, que foi de 2,46%.</i>

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 52 a 54 abaixo:

52 a 54. Limpeza

52. Gasto de limpeza pela área construída
53. Grau de repactuação

54. Gasto com material de limpeza

Ações propostas:

1. Revisão dos contratos de terceirização – revisar o dimensionamento de equipes e materiais de consumo necessários às atividades de limpeza da Seccional.

Houve a redução do quantitativo de 03 postos de servente de limpeza para ajustar à produtividade estabelecida pela IN-05/2017 do MPOG.

2. Capacitação de fiscais de contrato – obter maior eficiência na avaliação e monitoramento das condições contratuais.

Houve a indicação de curso, oferecido pela ENAP, para todos os gestores de contratos da seccional.

Participação em evento de capacitação - curso da IN 07

3. Avaliação do consumo ideal de insumos para limpeza – avaliar procedimentos e uso de materiais para criação de perfil de consumo ideal, conforme as características da unidade (área e público interno e externo).

Os insumos de limpeza estão incluídos no contrato de Limpeza e Conservação da seccional, sendo responsabilidade da encarregada da empresa a avaliação da quantidade consumida dentro da seccional.

4. Aquisição de produtos biodegradáveis – incluir, nos novos contratos, preferencialmente, produtos biodegradáveis.

Não há previsão nesse sentido nos contratos vigentes da seccional. Será solicitado a inclusão de cláusulas nesse sentido nos próximos contratos.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS
META 12 – Reduzir o valor gasto com reformas em 10% ao ano até 2020
Meta 12 Atingida: Redução de 330,71% em relação ao total gasto em 2017.
ANÁLISE
O valor total gasto em 2017 foi de R\$ 726.684,78, enquanto que em 2018 houve uma redução considerável para R\$ 284.581,60. Deve-se levar em consideração que no ano de 2017 houveram reformas de grande vulto, como a reforma do prédio cedido pelo INCRA em Araguaína, para abrigar o Anexo I da Subseção Judiciária de Araguaína, cuja obra teve custo total de R\$ 389.980,38. Além dessa obra de grande impacto no orçamento de reformas, houveram outras reformas na sede da seccional, tais como: Reestruturação do Datacenter, com custo de R\$ 124.652,52, Implantação do sistema de monitoramento, ao custo de R\$ 134.624,15 e Adequação do sistema de combate ao incêndio, ao custo de R\$ 52.427,73.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar o indicador 55 abaixo:

55. Reforma

55. Valor gasto com reformas nas unidades

Ações propostas:

8. Otimização de *layout* nas reformas no âmbito da Seccional – definir padrões de *layout* para melhor utilização do espaço, iluminação e móveis ambiente, adequando benefícios ambientais e econômicos. (Ação contínua)

Houve reforma na Secad em 2016, com a melhor distribuição dos espaços e revisão da iluminação. Em 2017 houve a reestruturação do Datacenter e adequação de prédio cedido pelo INCRA em Araguaína, para abrigar o Anexo I da Subseção Judiciária de Araguaína.

9. Otimização da manutenção predial preventiva – incluir, à medida do possível, diretrizes de sustentabilidade nas rotinas manutenção predial. (Ação contínua)

10. Atualização normativa e tecnológica dos projetos arquitetônico e de engenharia das obras das novas sedes da Subseções – orientar que sejam considerados os aspectos relacionados a: economicidade com construções racionais; flexibilidade de instalações e *layout*; funcionalidade e adequação do prédio ao meio ambiente, permitindo otimizar eficiência energética e minimizar consumo de água; conforto térmico-ambiental; especificação de material e equipamento, que observem a relação custo-benefício, bem como longa durabilidade, pouca manutenção ou reposição, alta eficiência energética, baixa dissipação de calor, fabricação nacional e pelo menos dois fabricantes distintos e permitam pleno acesso e implantação de facilidades a portadores de necessidades especiais.

TEMA 7 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS
META 13 – Reduzir a quantidade de Km rodados em 7,5% até 2020
Meta 13 Não Atingida: Aumento de 8,45% em relação ao ano base 2015. Entretanto, se comparar com o ano anterior (2017), houve redução de 12,46%.
ANÁLISE
A quantidade de quilômetros rodados pelos veículos da seccional em 2015 foi de 33.941 Km. Em 2016 foram rodados 26.192 Km, e em 2017, 42.048 Km. Enquanto que em 2018 houve uma redução para 36.810. Observa-se que, embora tenha reduzido a quantidade de Km rodados em 2018, em relação a 2017, ainda houve uma quantidade grande de Km rodados, proporcionado pela necessidade de diversas idas e vindas à Subseção Judiciária de Araguaína, tendo em vista a reforma e inauguração do edifício anexo naquela subseção.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores 56 a 58 abaixo:

56 a 58. Veículos

56. Consumo de gasolina da frota oficial de veículos

57. Consumo de etanol da frota oficial de veículos

58. Consumo de diesel da frota oficial de veículos

Ações propostas:

1. Equacionamento da utilização de veículos para uso em serviço – buscar reunir os pedidos de veículos em serviço em demandas únicas, desde que o horário e a rota o permitam.

Houve otimização nas saídas dos veículos da seccional para demandas administrativas.

TEMA 7 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS
META 14 – Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva em 15% até 2020
Meta 14 Atingida: Redução de 47,33% em relação ao ano base 2015.

ANÁLISE

O gasto com manutenção preventiva e corretiva de veículos em 2018 foi R\$ 7.012,51, enquanto que em 2015 foi de R\$ 13.314,00, representando uma redução de 47,33%. Essa redução considerável se deve ao cronograma permanente de manutenção preventiva dos veículos da seccional. Essa medida preventiva reduz os custos com manutenções corretivas a serem realizadas.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores 59 a 61 abaixo:

59 a 61. Veículos

59. Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais
60. Veículos para transporte de magistrados
61. Gasto com manutenção dos veículos da frota

Ações propostas:

1. Otimização da manutenção preventiva.

A manutenção dos veículos da seccional é realizada de maneira periódica, sob a responsabilidade da Cevit.

2. Otimização da lavagem de veículos – analisar a viabilidade de adoção de lavagem ecológica dos veículos, compreendendo, inclusive, a ampliação dos intervalos entre lavagens.

A lavagem dos veículos é realizada por meio de contrato, sendo que este sofreu redução no número de lavagens, que passou de semanal para quinzenal.

3. Compra de veículo com selo A em relação à emissão de poluentes – incluir exigência nos editais de compra.

TEMA 8 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA**META 15 – Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020.****Meta 15 Atingida****ANÁLISE**

Foram realizadas amplas divulgações via e-mail, por banners e/ou adesivos, nos informativos da Seccional, para buscar o cumprimento dessa meta por parte das áreas pertinentes.

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar o indicador 62 abaixo:

62. Sensibilização e capacitação contínua

62. Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar.

Ações propostas:

1. Capacitação/qualificação da CGPLS-SJTO – qualificar os membros da Comissão Gestora do PLS por meio de estudos, rodas de conversa, benchmarking e outros, a fim de nivelar os conhecimentos relacionados à gestão socioambiental.

Foi realizada uma capacitação por meio de curso oferecido pela Unicorp/TRF1, com o título "Introdução à Gestão Socioambiental".

2. Inserção de vídeos educativos e de sensibilização nas ações educacionais virtuais – exibir vídeos de curta duração relacionados ao PLS nos cursos virtuais ministrados na Seccional.

A Seccional oferece aos servidores os cursos oferecidos pela Unicorp/TRF1, nos quais são inseridos materiais dessa natureza.

3. Oficina de elaboração de plano de ação – capacitar os responsáveis pela confecção do plano de ação com iniciativas socioambientais, por meio de oficinas práticas e motivacionais, com carga horária de 3 horas.

4. Exibição de filmes de sensibilização antes das ações educacionais presenciais.

Não foram realizadas atividades nesse sentido.






5. Elaboração de campanha de sensibilização da força de trabalho nas questões relacionadas à gestão socioambiental – contemplar ações para substituir copos descartáveis por retornáveis; imprimir somente o necessário e em frente e verso; utilizar o verso de documentos para rascunho; usar racionalmente energia elétrica; usar racionalmente água de torneiras e descargas; dar dicas sobre como atingir as metas do PLS; e dar dicas sobre como colocar os planos de ação em prática.











Foram realizadas campanhas na Seccional para substituição de copos descartáveis por canecas e garrafas, além de campanhas para o uso consciente da luz. Foram alcançados resultados satisfatórios, que podem ser observados nas medições das metas específicas sobre esses temas.

6. Divulgação constante dos resultados dos indicadores e das metas do PLS-SJTO – apresentar periodicamente os dados de consumo e os resultados das metas para os gestores das unidades da Seccional; e manter espaço de comunicação constante na intranet, murais e e-mail informando o consumo e o cumprimento das metas.

Os resultados das metas do PLS-SJTO foram divulgados no Pae/Sei específico para esta finalidade, sendo de acesso a todos os servidores da seccional. Há também a divulgação na página de internet da seccional no menu Institucional/Gestão Socioambiental.

3 - RESULTADO DAS METAS DO PLS-SJTO (2018)

GRUPO INDICADOR	METAS	SITUAÇÃO	
1. Papel	Reduzir o consumo em 1% ao ano, até 2020	Redução de 31,46% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015.	 META SUPERADA
2. Descartáveis	Reduzir o consumo de copo descartável em 1% ao ano, até 2020.	Redução de 35,76% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015, e redução de 11,49% em relação a 2017.	 META SUPERADA
3. Água Mineral	Manter o consumo de água mineral.	Aumento de 27,96% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015, e redução de 40,59% em relação a 2017.	 META NÃO ALCANÇADA
4. Impressões	Reduzir o consumo de suprimento de impressão em 2% ao ano até 2020.	Aumento de 43,70% em 2018, em relação ao consumo de 2017.	 META NÃO ALCANÇADA
5. Energia Elétrica	Reduzir o consumo de energia elétrica em 0,5%, ao ano, até 2020.	Redução de 19,58% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015, e redução de 5,20% em relação a 2017.	 META SUPERADA

6. Água e Esgoto	Reduzir o consumo de água e esgoto em 500 m3, ao ano, até 2020.	Redução de 24,98% (1.952m ³) em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015, e redução de 21,59% (1.614m ³) em relação a 2017.	 META SUPERADA
7. Gestão de Resíduos	Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2%, ao ano, até 2020.	Aumento de 221,07% na destinação de papel e aumento de 596,57% na destinação de resíduos de saúde em 2018	 META SUPERADA
8. Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho	Ampliar a participação de servidores em ações QVT, solidárias e de inclusão em 0,5% ao ano, até 2020.	Aumento de 52,22% em 2018	 META SUPERADA
9. Telefonia	Reduzir o gasto com telefonia em 3% ao ano, até 2020.	Redução de 58,12% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015, e redução de 22,39% em relação a 2017.	 META SUPERADA
10. Contrato de Vigilância	Manter o gasto anual (2016), desconsideradas as repactuações.	Considera-se a meta não cumprida, tendo em vista que o aumento verificado nos gastos (16,85%) foi superior ao percentual de repactuação do período, no qual não houve aumento de preço.	 META NÃO ALCANÇADA
11. Contrato de Limpeza	Manter o gasto atual (2016), desconsideradas as repactuações.	Considera-se a meta cumprida, tendo em vista que o aumento verificado nos gastos (2,92%) foi inferior ao percentual de repactuação do período, que foi de 2,46%.	 META SUPERADA
12. Reformas	Reduzir o gasto com reformas em 10%, ao ano, até 2020.	Redução de 330,712% em 2018, em relação ao consumo de 2017.	 META SUPERADA
13. Combustível	Reduzir a quantidade anual de quilômetros rodados em 7,5%, ao ano, até 2020.	Aumento de 8,45% em 2018, em relação ao consumo do ano base 2015 e redução de 12,46% em relação a 2017.	 META NÃO ALCANÇADA
14. Veículos	Reduzir o gasto anual de manutenção preventiva e corretiva em 15%, ao ano, até 2020.	Redução de 47,33% em 2018, em relação ao gasto do ano base 2015.	 META SUPERADA
15. Sensibilização	Implantar uma ação de sensibilização para cada tema até 2020.	Em 2018, foram realizadas diversas ações voltadas para o tema socioambiental.	 META SUPERADA

4 - RESULTADO DO ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO - IASA

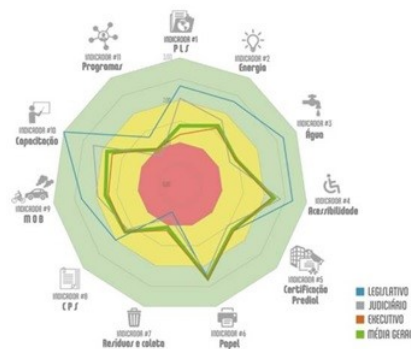
O Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração – IASA foi concebido pelo TCU para avaliar a gestão da sustentabilidade da Administração Pública Federal – APF. A partir de respostas autodeclaradas dos órgãos públicos dos Três Poderes a questionário elaborado pelo TCU foi extraída pontuação para aferição da sustentabilidade da APF em onze temas, sendo o IASA a média da pontuação (que vai de 0 a 3) recebida nestes temas:

- PLS - Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS);
- Energia - Racionalização no uso de energia elétrica;
- Água - Racionalização no uso de água;
- Acessibilidade - Atendimento a requisitos de acessibilidade;
- Certificação - Certificação de prédios públicos;
- Papel - Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico;
- Resíduos e Coleta - Gestão de resíduos e coleta seletiva;
- CPS - Contratações Públicas Sustentáveis;
- MOB - Mobilidade e gases de efeito estufa;
- Capacitação - Conscientização e capacitação; e
- Programas - Adesão a programas de sustentabilidade.

Em 2017, o TCU publicou a Auditoria Operacional nas Ações Adotadas pela Administração Pública Federal nas Áreas de Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e de Água, na qual foi divulgado o 1º IASA geral da Administração Pública Federal – APF, resultante da média do IASA dos Três Poderes, conforme tabela e gráfico abaixo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL *				
ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA				
	APF	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário
IASA	1,64	1,61	2,12	1,69
(*) Resultado publicado pelo TCU em 2017, a Auditoria Operacional nas Ações Adotadas pela Administração Pública Federal nas Áreas de Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e de Água (TC: 006.615/2016-3 – Ato originário: Acórdão 833/2014 – TCU – Plenário (TC 026.652/2013-7))				

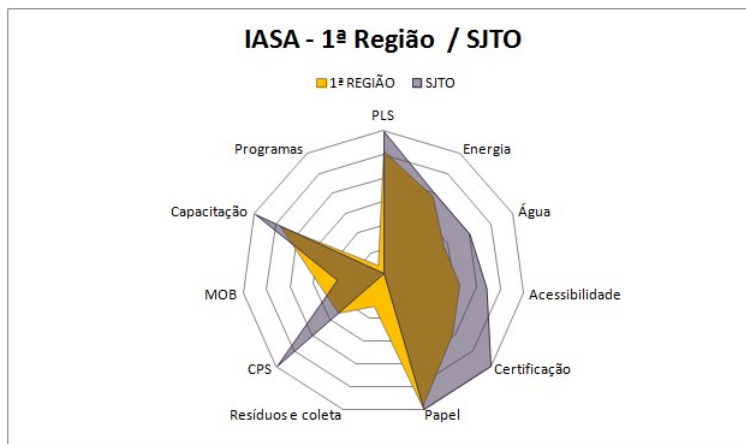
Gráfico de radar, apresentando a pontuação obtida para os onze indicadores e para o Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração.



Neste ano, TRF1 adota o IASA para avaliação de sua gestão sustentável. Assim, segue abaixo o resultado do IASA da Primeira Região de 2018, calculado conforme os critérios estabelecidos pelo TCU. O IASA total de cada órgão é igual à média dos indicadores para o órgão, fórmula: soma dos indicadores dividido por onze (quantidade de indicadores) e o IASA total da Primeira Região é igual à média dos IASA's totais do Tribunal e das Seccionais, fórmula: soma dos IASA's totais dividido por quinze (Tribunal mais 14 seccionais).

JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO																
ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA 2018																
EIXOS	1ª REGIÃO	TRF1ª	SJAC	SJAM	SJAP	SJBA	SJDF	SJGO	SJMA	SJMG	SJMT	SJPA	SJPI	SJRO	SJRR	SJTO
PLS	2,60	3	2	2	3	2	2	3	3	3	3	3	2	2	3	3
Energia	1,93	2	2	1	2	2	2	2	2	2	3	3	1	2	1	2
Água	1,40	1	2	1	2	0	1	1	1	2	2	2	1	2	3	2
Acessibilidade	1,63	0	2,4	1,6	2,6	1	1,6	1,2	1,6	2	1,6	1	1,2	2,2	2	2,2
Certificação	1,93	1	3	3	2	1	1	2	2	0	2	2	3	2	2	3
Papel	2,93	3	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Resíduos e coleta	0,71	2	0	2	1	0	1	0	2	1	0	0	0	0	1	0
CPS	1,27	0	1	3	2	1	1	1	3	1	0	1	0	0	2	3
MOB	1,40	2	2	1	3	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2	1
Capacitação	2,40	3	3	2	3	2	3	3	3	3	1	1	2	3	1	3
Programas	0,21	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
IASA TOTAL	1,67	1,64	1,85	1,87	2,15	1,18	1,42	1,56	1,96	1,73	1,51	1,64	1,29	1,56	1,82	2,02

Gráficos de radar, comparando a pontuação obtida em 2018 entre 1ª Região e a Seção Judiciária do Tocantins para o IASA e seus onze indicadores.



5 – AVALIAÇÃO GERAL

O Relatório Anual de Desempenho Socioambiental de Metas do PLS-SJTO (2018) apresentou os resultados satisfatórios em seu terceiro ano de aplicação com a incorporação da variável ambiental na estrutura do serviço público desempenhado pela Seção Judiciária do Tocantins.

O desafio é a incorporação aos diversos processos de trabalhos (áreas fim e meio) das iniciativas socioambientais, remodelando alguns procedimentos, comportamentos e atitudes por todas as pessoas envolvidas.

A partir desses resultados, tem-se uma visão real dos indicadores da Seção Judiciária de forma a usá-los como subsídios para a definição de novas ações e alteração/manutenção das já existentes.

Em 2019, será realizada a revisão do PLS da Seccional, com enfoque na análise das metas sugeridas e nas ações propostas para o alcance dessas metas.

Ricardo Antonio Nogueira Pereira
Diretor da Secretaria Administrativa
Presidente da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Harley Caixeta Seixas
Diretor do Núcleo Judiciário
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Gilmar Cintra de Araújo
Diretor do Núcleo de Administração
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Central de Modernização Administrativa
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Sidney Martins Jales
Supervisor da Seção de Compras e Licitações
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Valdeni Pereira dos Santos
Supervisor da Seção de Depósito e Arquivo Judicial e Administrativo
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Cynthia de Nazaré Vaz Salbê
Diretora do Núcleo de Recursos Humanos
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Gleucilaine Ferreira da Silva Tavares
Supervisora da Seção de Serviços Gerais
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Avercino Andrade Costa
Supervisor da Seção de Material e Patrimônio
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO

Keila Aguiar Costa
Supervisora da Seção de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
Membro da Comissão Gestora do PLS-SJTO



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 22/02/2019, às 14:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Harley Caixeta Seixas, Diretor(a) de Núcleo**, em 22/02/2019, às 15:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Keila Aguiar Costa, Supervisor(a) de Seção**, em 22/02/2019, às 16:58 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valdeni Pereira dos Santos, Supervisor(a) de Seção**, em 22/02/2019, às 17:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gleucilaine Ferreira da Silva Tavares, Supervisor(a) de Seção**, em 22/02/2019, às 18:38 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Avercino Andrade Costa, Supervisor(a) de Seção**, em 25/02/2019, às 14:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Cintra de Araújo, Diretor(a) de Núcleo**, em 25/02/2019, às 16:38 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sidney Martins Jales, Supervisor(a) de Seção**, em 25/02/2019, às 18:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia de Nazaré Vaz Salbê, Diretor(a) de Núcleo**, em 25/02/2019, às 18:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **7609936** e o código CRC **F230A612**.